

# RELATÓRIO E CONTAS 2023



## Índice

RELATÓRIO E CONTAS 2023 .....	1
<b>1. Relatório de Gestão .....</b>	<b>3</b>
1.1. Apreciação global da gestão.....	3
1.2. Análise Económico Financeira .....	5
1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício.....	6
1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais.....	6
1.5. Proposta de aplicação de resultados .....	7
1.6. Perspetivas futuras.....	7
1.7. Encerramento.....	8
<b>2. Balanço .....</b>	<b>9</b>
<b>3. Demonstração dos Resultados por Naturezas.....</b>	<b>10</b>
<b>4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....</b>	<b>11</b>
<b>5. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</b>	<b>12</b>
<b>6. Identificação da Entidade.....</b>	<b>13</b>
6.1. Órgãos Sociais .....	13
<b>7. Anexo às Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>14</b>
7.1. Referencial Contabilístico .....	14
7.2. Principais Políticas Contabilísticas .....	15
7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	21
7.4. Outras Informações .....	21
7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
<b>8. Certificação Legal das Contas .....</b>	<b>29</b>
<b>9. Parecer do Fiscal Único .....</b>	<b>33</b>
<b>10. Ata do Conselho de Administração.....</b>	<b>34</b>
<b>11. Ata do Conselho Superior .....</b>	<b>35</b>

## 1. Relatório de Gestão

Nos termos das disposições estatutárias, vem a Administração da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS** (doravante designada por Fundação) apresentar o Relatório de Gestão, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Fundação tem como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

### 1.1. Apreciação global da gestão

#### 1.1.1. Atividade da Fundação

O ano de 2023, apesar de todas as condicionantes conexas com a desaceleração da atividade económica que tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para exacerbar o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos, não foi impeditivo de que a Fundação Amadeu Dias prosseguisse as suas linhas de atuação, quer no que reporta à gestão e rentabilização dos seus ativos patrimoniais e financeiros, quer na vertente da prossecução dos seus fins estatutários, e sempre salvaguardando o seu património institucional.

Por despacho nº 2643/2023, de 12.01.2022, publicado no DR. II, nº 41, de 27.02.2023, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais dez anos (2023 a 2032).

#### 1.1.2. Recursos Humanos

No que se refere à evolução dos efetivos e tendo em conta as atividades mencionadas no parágrafo anterior, no ano de 2023 a Fundação não teve qualquer efetivo nos seus quadros, não havendo qualquer despesa com o pessoal e administração, cumprindo-se assim o disposto na alínea a) do artigo 10º da Lei-Quadro das Fundações.

Neste enquadramento estão criadas condições organizativas mínimas para o funcionamento no próximo ano 2023 no sentido do preconizado pelos instituidores.

### 1.1.3. Apoios concedidos

Decorrente da sua política de atuação, a aplicação de fundos nas atividades fundacionais da Fundação é efetuada de molde a permitir que os custos com recursos humanos e administrativos de gestão dos diversos programas apoiados sejam limitados ao mínimo, pelo que a fundação atua predominantemente com base em protocolos de colaboração com outras instituições.

Assim, para o ano de 2023, e na estrita observância dos protocolos de colaboração anteriormente firmados e em execução, foram concedidos ao abrigo da Lei do Mecenato, os seguintes donativos:

- a) à Universidade do Porto, a verba de €40.000,00 (quarenta mil euros), destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional e científico no âmbito do acordo de cooperação existente, no programa “Fellowship FAD para Provas de Conceito”, no “Projeto BIP Proof”, no “Programa de Formação sobre Competências Transversais” e no “Programa de Solidariedade Social”.
- b) à SPECO- Sociedade Portuguesa de Ecologia, a verba de €6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional e científico no âmbito do acordo de cooperação existente, mediante a realização no ano de 2023 do “Prémio de Doutoramento em Ecologia Fundação Amadeu Dias”.
- c) à Ciimar – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental , a verba de €30.500,00 (trinta mil e quinhentos euros) no âmbito do acordo de cooperação existente, nos projetos “BYT – Blue Young Talent” e BYT “Blue Young Talent Plus”.

Foi ainda apoiada a Associação de amigos de Perafita no valor de €1.500,00 (mil e quatrocentos euros).

### 1.1.4. Meios Financeiros

No decurso do exercício de 2023 os meios financeiros foram rentabilizados no sistema financeiro de forma adequada e prudente.

## 1.2. Análise Económico Financeira

Os principais indicadores económicos e financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentam-se como segue:

### Evolução dos Rendimentos

(valores em euros)

	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Rendas	217 590	210 754	6 836	3%
Juros Obtidos	119 804	8 322	111 482	1340%
Correções relativas a per ant	0	71 624	-71 624	-100%
Imputação de Subsídios	30 596	30 596	0	0%
Outros ganhos	2 200	10	2 190	21017%
<b>TOTAL</b>	<b>370 190</b>	<b>321 306</b>		

### 1.2.1. Evolução dos Gastos

(valores em euros)

Descrição	2023	2022	Var. %
Fornecimentos e Ser. Externos	105 432	96 826	8,89%
IUC	180	172	-
IMI	10 759	10 750	0,08%
Perdas em instrumentos financeiros	16 384	8 537	91,92%
Adicional ao IMI	558	558	0,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	0	71 399	-100,00%
Outros	4	2	98,44%
Donativos	78 500	113 650	-30,93%
<b>Total</b>	<b>211 817</b>	<b>301 893</b>	

### 1.2.2. Resultados

	2023	2022	Variação	
			Valor	%
EBITDA	38 569	11 091	27 478	248%
EBIT	-40 227	-62 603	22 376	-36%
Resultado antes de impostos	79 577	-54 281	133 858	-247%
Resultado Líquido	79 577	-54 281	133 858	-247%

### 1.2.3. Estrutura Financeira

Rácios Financeiros	2022	2021
AUTONOMIA FINANCEIRA	99,30%	99,74%
NET DEBT/EBITDA	-259,84	-642,11

O total dos Fundos Patrimoniais ascenderam a 14.432.479 €.

### 1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício

No exercício de 2023 foram investidas as seguintes verbas:

- 21.370,73 € Referentes a obras

### 1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2023 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução da atividade da Fundação.

### **1.5. Proposta de aplicação de resultados**

Assim nos termos legais e estatutários a Administração da Fundação propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido do exercício no montante de 79.577 € seja transferido para a conta de resultados transitados.

### **1.6. Perspetivas futuras**

Para 2023, em função da conjuntura da economia nacional e internacional, perspetiva-se dar continuidade ao modelo sustentado de gestão da fundação, quer através da rentabilização dos seus ativos patrimoniais e/ou financeiros, quer através da procura de novas oportunidades de investimento seguro e prudente, não antecipando o Conselho de Administração impactos negativos significativos que possam pôr em causa a continuidade das operações da fundação nos próximos doze meses.

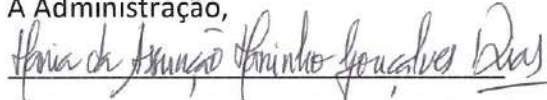
### 1.7. Encerramento

O Conselho de Administração agradece a confiança depositada às Entidades instituidoras, que constitui importante incentivo para o exercício da atividade que nos está cometida.

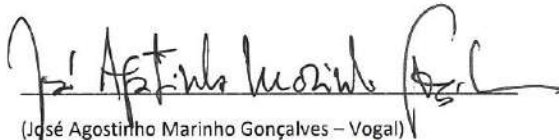
A todos os colaboradores e parceiros que contribuíram para o desempenho da Fundação, com o seu profissionalismo e dedicação a Administração expressa o seu agradecimento.

Alfragide, 12 de fevereiro de 2024

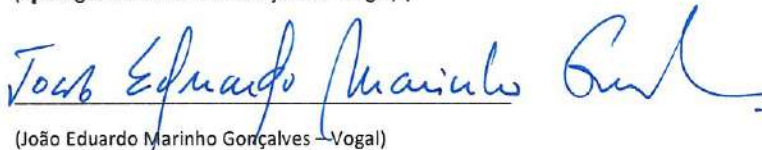
A Administração,



(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)



(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)



(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

## 2. Balanço

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7.4.1	3 843 471	3 900 896
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		3 843 471	3 900 896
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a receber	7.4.2	48 722	2 502 000
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	7.4.3	37 196	38 277
Outros ativos correntes	7.4.4	842 343	858 727
Caixa e depósitos bancários	7.4.5	9 762 110	7 121 672
		10 690 371	10 520 676
<b>Total do ativo</b>		14 533 842	14 421 572
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	7.4.6	5 000 000	5 000 000
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	7.4.6	7 588 552	7 642 833
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	7.4.6	1 764 350	1 794 945
		14 352 902	14 437 778
Resultado líquido do período	7.4.6	79 577	-54 281
<b>Total do fundo de capital</b>		14 432 479	14 383 497
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0	0
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	7.4.7	1 844	2 090
Estado e outros entes públicos	7.4.8		4 829
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	7.4.3	17 865	17 692
Outros passivos correntes	7.4.9	81 653	13 465
		101 362	38 075
<b>Total do passivo</b>		101 362	38 075
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		14 533 842	14 421 572

### 3. Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	7.4.10	-105 432	-96 826
Gastos com o pessoal	7.4.11		0
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	7.4.12	250 385	312 984
Outros gastos	7.4.13	-106 384	-205 067
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>38 569</b>	<b>11 091</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.4.1	-78 796	-73 694
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-40 227</b>	<b>-62 603</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	7.4.14	119 804	8 322
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>79 577</b>	<b>-54 281</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>79 577</b>	<b>-54 281</b>

#### 4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2022</b>	1	5 000 000			6 953 079		1 754 142	689 754	14 396 975		14 396 975
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					689 754		40 803	-689 754			
	2				689 754		40 803	-689 754	40 803		40 803
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							-54 281	-54 281		-54 281
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3							-744 035	-54 281		-54 281
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	5										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2022</b>	6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 642 833		1 794 945	-54 281	14 383 497	14 383 497

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2023</b>	1	5 000 000			7 642 833		1 794 945	-54 281	14 383 497		14 383 497
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-54 281		-30 595	54 281			
	2				-54 281		-30 595	0	-30 595		-30 595
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							79 577	79 577		79 577
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3							79 577	79 577		79 577
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	5										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2023</b>	6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 588 552		1 764 350	79 577	14 432 480	14 432 480

## 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-104 650	-137 265
Pagamentos ao pessoal			
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-104 650</b>	<b>-137 265</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 693 380	96 303
Outros recebimentos/pagamentos			
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>2 588 730</b>	<b>-40 962</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-21 370	-46 634
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			-374 015
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		73 078	8 320
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>51 708</b>	<b>-412 329</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>2 640 438</b>	<b>-453 291</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.4.5	7 121 672	7 574 964
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.4.5	9 762 110	7 121 672

## 6. Identificação da Entidade

### 6.1. Órgãos Sociais

#### 6.1.1. Conselho Superior

**Presidente:** João Carlos da Costa Ferreira da Silva

**Membro:** Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

**Membro:** Sérgio Francisco

**Membro:** Válter Henrique Machado Malaquias

**Membro:** Pedro Miguel de Medeiros Cabral

**Membro:** José Agostinho Marinho Gonçalves

**Membro:** João Eduardo Marinho Gonçalves

#### 6.1.2. Conselho de Administração

**Presidente:** Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

**Vogal:** José Agostinho Marinho Gonçalves

**Vogal:** João Eduardo Marinho Gonçalves

#### 6.1.3. Comissão Executiva

**Presidente:** Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

**Vogal:** José Agostinho Marinho Gonçalves

**Vogal:** João Eduardo Marinho Gonçalves

A “Fundação Amadeu Dias” (doravante designada por Fundação) foi instruída por escritura pública de 26 de Dezembro de 2002 e reconhecida por Portaria n.º 1333/2004, 2ª série, publicada no Diário da República n.º 299, de 23 de Dezembro de 2004, conforme referido na alteração aos Estatutos da Fundação de 13 de fevereiro de 2013, com sede na Avenida da Quinta Grande, n.º 95, Alfragide - 2610-284 Amadora.

Fundação Amadeu Dias

Av. Da Quinta Grande, n.º 95 | 2610-284 Amadora | Tel +351 214 711 761 / 214 711 123

[f.amadeudias@mail.telepac.pt](mailto:f.amadeudias@mail.telepac.pt)

NIF 506 440 079

A Fundação tem em como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

Por despacho nº 2643/2023, de 12.01.2022, publicado no DR. II, nº 41, de 27.02.2023, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais dez anos (2023 a 2032).

## 7. Anexo às Demonstrações Financeiras

### 7.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de Julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho (Normas interpretativas 1 e 2).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

Em 2012, a Fundação integrou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo tal como a sua terminologia. Em 2016 foram introduzidas as alterações preconizadas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho e, uma vez mais, adotada a nova terminologia e restantes alterações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Fundação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

## **7.2. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **7.2.1. Bases de Apresentação**

#### **7.2.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **7.2.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Outros ativos e passivos correntes” e “Diferimentos”.

#### **7.2.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **7.2.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **7.2.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **7.2.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 7.2.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 7.2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição adotou-se o critério de mensuração pelo método do custo previsto no parágrafo 7.10 do NCRF-ESNL.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas

Ativos Tangíveis	Vida Estimada
Edifícios e Outras Construções	12 a 50
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	4
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 10

### 7.2.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Cientes e outros créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável.

As referidas perdas são registadas na conta de resultados do exercício em que se verificarem.

#### Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” inclui os instrumentos financeiros de curto prazo que se encontram valorizados ao justo valor.

#### Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

##### **7.2.2.3. Custo de Empréstimos obtidos**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

#### **7.2.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Resultados transitados; e
- Subsídios, doações (de imóveis, etc) e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **7.2.2.5. Rédito e Outros Rendimentos**

Os rendimentos e ganhos relativos a vendas, rendas, imputação e subsídios, juros e outras situações decorrentes da atividade ordinária da Fundação são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efetiva da operação.

#### **7.2.2.6. Imposto sobre o rendimento do período**

Foi requerido pela Fundação em 27 de dezembro de 2013 o reconhecimento do benefício da isenção de IRC para o exercício de 2013 e seguintes, nos termos do disposto no nº2 do artigo

10º do Código do IRC, tendo sido notificada da sua isenção através de despacho de deferimento nº 17816 de 17 de dezembro de 2014.

#### **7.2.2.7. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **7.2.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

#### **7.2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### 7.4. Outras Informações

#### 7.4.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS			SALDO FINAL
		AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. ABATES	
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	<b>4 565 735,72 €</b>	<b>21 370,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>4 587 106,45 €</b>
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00 €				0,00 €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	4 509 814,74 €	21 370,73			4 531 185,47 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	0,00 €				0,00 €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	40 314,57 €				40 314,57 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 483,72 €				5 483,72 €
- ATIVOS BIOLÓGICOS	0,00 €				0,00 €
- OUTRAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	10 122,69 €				10 122,69 €
- INVESTIMENTOS EM CURSO	0,00 €				0,00 €
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>664 839,76 €</b>	<b>78 795,83 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>743 635,59 €</b>
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00 €				0,00 €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	632 438,76 €	70 150,52			702 589,28 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	0,00 €				0,00 €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	24 188,73 €	8 062,91			32 251,64 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1 742,68 €	582,40			2 325,08 €
- ATIVOS BIOLÓGICOS	0,00 €				0,00 €
- OUTRAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	6 469,59 €				6 469,59 €
<b>VALOR LIQUIDO</b>	<b>3 900 895,96 €</b>	<b>-57 425,10 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 843 470,86 €</b>



#### 7.4.2. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Créditos a receber” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	2.500.000 €
Devedores diversos	2.000 €	2.000 €
Juros a receber	46.722 €	
<b>Total</b>	<b>48.722 €</b>	<b>2.502.000€</b>

#### 7.4.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros Custos Diferidos	37.196 €	38.277 €
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>	-	-
Juros a receber		
<b>Total</b>	<b>37.196 €</b>	<b>38.277 €</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas de Imóveis	17.865 €	17.692 €
Subsídios	-	-
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	-
<b>Total</b>	<b>17.865 €</b>	<b>17.692 €</b>

#### 7.4.4. Outros ativos correntes

A rubrica de “Outros ativos correntes”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Instrumentos financeiros	842.343 €	858.927 €
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>842.343 €</b>	<b>858.727 €</b>

Esta rubrica contém ativos cuja variação do justo valor é mensurada através de contrapartida de resultados.

#### 7.4.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	2.908.593 €	1.491.167 €
Depósitos a prazo	6.853.517 €	5.630.505 €
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>9.762.110 €</b>	<b>7.121.672 €</b>

#### 7.4.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	5.000.000 €	-	-	5.000.000 €
Resultados Transitados	7.642.833 €	-	54.281 €	7.588.552 €
Ajustamentos/Outras variações nos fundos (Doações)	1.794.945 €		30.596€	1.764.350 €
Resultado Líquido do Período	-54.281 €	79.577 €		79.577 €
<b>Total</b>	<b>14.383.497 €</b>	<b>79.577 €</b>	<b>84.877€</b>	<b>14.432.479 €</b>

#### 7.4.7. Fornecedores

Os “Fornecedores” a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	1.844 €	2.090 €
Adiantamentos de fornecedores	-	-
<b>Total</b>	<b>1.844 €</b>	<b>2.090 €</b>



#### 7.4.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Iva autoliquidação	-	4.829 €
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.829 €</b>

#### 7.4.9. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Acréscimos de gastos	10.867 €	11.091 €
Credores diversos	70.486 €	2.374 €
<b>Total</b>	<b>81.653 €</b>	<b>13.465 €</b>

#### 7.4.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Trabalhos Especializados	18.821 €	15.494 €
Publicidade e propaganda	207 €	207 €
Honorários	28.136 €	25.486 €
Comissões	-	2.706 €
Materiais	19.019 €	14.754 €
Serviços Bancários	470 €	447 €
Deslocações e estadas	530 €	-
Eletricidade	6.304 €	11.574 €
Água	2.387 €	2.130 €
Seguros	5.789 €	4.514 €
Combustíveis	2.993 €	2.441 €
Rendas e alugueres	2.674 €	-
Contencioso e notariado	40 €	25 €
Limpeza, higiene e conforto	215 €	1.779 €
Gás	-	632 €
Comunicação	2.137 €	1.376 €
Outros serviços	8.023 €	5.321 €
Conservação e reparação	7.687 €	7.940 €
<b>Total</b>	<b>105.432 €</b>	<b>96.826 €</b>

#### 7.4.11. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Sociais da Fundação não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos, cumprindo-se deste modo o limite de despesas próprias previsto na Lei-Quadro, no que respeita a despesas com pessoal e administração.

#### 7.4.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Alienações		
Rendas	217.589 €	210.754 €
Correções relativas a períodos anteriores	€	71.624 €
Imputação de Subsídios	30.596 €	30.596 €
Outros	2.200 €	10 €
<b>Total</b>	<b>250.385 €</b>	<b>312.984 €</b>

#### 7.4.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	10.759 €	10.750 €
Adicional ao IMI	558 €	558 €
Impostos Indiretos	180 €	172 €
Perdas em instrumentos financeiros	16.384 €	8.537 €
Correções relativas a exercícios anteriores		71.399 €
Outros não especificados	4 €	2 €
Donativos	78.500 €	113.650 €
<b>Total</b>	<b>106.385 €</b>	<b>205.067 €</b>

#### 7.4.14. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Depósitos a prazo	79.577 €	8.322 €
<b>Total</b>	<b>79.577 €</b>	<b>8.322 €</b>

#### 7.4.15. Acontecimentos após data de Balanço

##### 7.4.15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data de Balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A administração entende revelar que não dispõe de informação suficiente e quantificável que possa servir de análise ao impacto da pandemia na Fundação face à grande incerteza latente no contexto económico nacional e internacional.

##### 7.4.15.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas referentes a 2023 ascendem a 10.200 € acrescidos de IVA à taxa em vigor.

#### 7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- a) A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- b) Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da sociedade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- c) Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- d) Não existiram negócios entre a Administração e a Fundação no decurso do exercício de 2023.
- e) Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2023 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e

que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

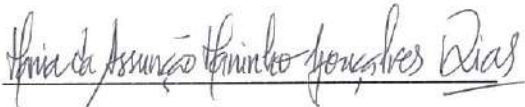
f) A Fundação não tem sucursais.

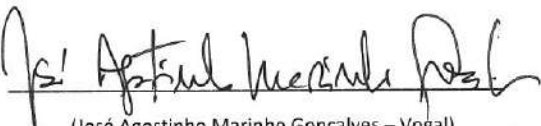
Alfragide, 12 de fevereiro de 2024

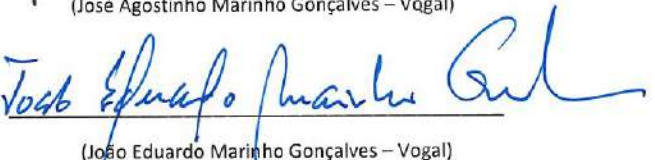
O Contabilista Certificado:

  
\_\_\_\_\_  
(José Maria dos Santos Mestre)

A Administração:

  
\_\_\_\_\_  
(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)

  
\_\_\_\_\_  
(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

## 8. Certificação Legal das Contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**Fundação Amadeu Dias**” (**A Entidade**), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 14.533.842 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.432.479 euros, incluindo um resultado líquido de 79.577 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da “**Fundação Amadeu Dias**” (**A Entidade**) em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reserva

1. Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis no montante de 3.843.471 euros, a Entidade não dispõe de avaliação efetuada por peritos credenciados atualizada, que permita aferir sobre o justo valor na data de relato e eventuais perdas por imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que



respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2024

Assinado por: **Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
Num. de Identificação: 10857602  
Data: 2024.03.21 10:21:19+00'00'

---

**Anjos & Associados – SROC, Lda**  
Representada por: **Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130

## 9. Parecer do Fiscal Único

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**  
**EXERCÍCIO DE 2023**

**Exmos. Senhores,**

- 1 - Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, o Revisor Oficial de Contas da “**Fundação Amadeu dias**” (A Entidade), submete à apreciação o seu parecer referente ao Relatório de Gestão, ao Balanço, à Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e respetivo anexo, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2023.
- 2 - Acompanhamos a gestão global da Entidade e verificamos o adequado suporte, sob a forma de registos específicos, das Demonstrações Financeiras, tendo emitido a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório.
- 3 - No âmbito das nossas funções verificamos que:
  - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o respetivo Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
  - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
  - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da atividade da Entidade, evidenciando os aspetos mais significativos.
- 4 - Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que sejam aprovados:
  - a) O Relatório de Gestão;
  - b) As Demonstrações Financeiras;
  - c) A proposta de aplicação dos resultados

Porto, 14 de março de 2024

Assinado por: **Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
Num. de Identificação: 10857602  
Data: 2024.03.21 10:22:25+00'00'

---

**Anjos & Associados – SROC, Lda**  
**Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos**  
ROC n.º 1520, inscrito na CMVM sob o n.º 20161130

## 10. Ata do Conselho de Administração

**ACTA NÚMERO SESENTA**

Folha 

48
----

---Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas, reuniu-se o Conselho de Administração da FUNDAÇÃO AMADEU DIAS, com sede na Avenida da Quinta Grande, número noventa e cinco, em Alfragide, Amadora, pessoa colectiva número cinco, zero, seis, quatro, quatro, zero, zero, sete, nove, estando presentes os Administradores, Maria da Assunção Dias, João Eduardo Marinho Gonçalves e José Agostinho Marinho Gonçalves, tendo sido presidida pela Presidente Senhora D. Maria da Assunção Dias, com os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos: -----

**---Ponto Único – Deliberar sobre a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas da Fundação, e inerente proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e três, a submeter à aprovação do Conselho Superior. -----**

--- Entrando-se no Ponto Único da Ordem de Trabalhos, foi presente à reunião o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e três, documentos estes que são do inteiro conhecimento dos Administradores presentes. Após a devida troca de impressões, o Conselho de Administração deliberou aprovar, por unanimidade, tais documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados neles incluída, para sujeição a aprovação na próxima reunião do Conselho Superior. -----

---E nada mais havendo a deliberar foi pelo Presidente do Conselho de Administração, dada esta reunião por encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e explicada aos presentes, foi pelos mesmos aprovada, e por eles vai ser assinada em sinal de conformidade. -----

*Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias*  
*João Eduardo Marinho Gonçalves*  
*José Agostinho Marinho Gonçalves*

## 11. Ata do Conselho Superior

**ACTA NÚMERO QUARENTA E DOIS**

----- Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, reuniu-se o Conselho Superior da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS**, com sede na Avenida da Quinta Grande, número noventa e cinco, em Alfragide, Amadora, pessoa coletiva número cinco, zero, seis, quatro, quatro, zero, zero, sete, nove, estando presentes os Membros que abaixo vão assinar, tendo sido presidido pelo Presidente Senhor Dr. João Carlos da Costa Ferreira da Silva, com o seguinte ponto único da Ordem de Trabalhos: -----

**---ÚNICO - Apreciação dos documentos de prestação de contas da Fundação Amadeu Dias para o exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e três. -----**

---Entrando-se no Ponto Único da Ordem de Trabalhos, foi presente ao Conselho Superior pela Senhora D. Maria da Assunção Dias, Presidente do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão e as Contas, anteriormente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de quinze de fevereiro último, acompanhado do respetivo parecer e relatório anual de fiscalização, emitidos pelo Fiscal Único, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e três, e que apresentam um resultado líquido positivo de € 79.577,00 (setenta e nove mil quinhentos e setenta e sete euros), a transferir para a conta de resultados transitados. Após análise em detalhe aos documentos presentes, bem como à atividade desenvolvida pela Fundação no ano em causa, e posto à votação, o Conselho aprovou por unanimidade o Relatório de Gestão e as Contas de dois mil e vinte e três, e a respetiva proposta de aplicação dos resultados. -----

---- E nada mais havendo a deliberar foi pelo Presidente do Conselho Superior dada esta reunião por encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida foi pelos mesmos aprovada, e por eles vai ser assinada em sinal de conformidade. -----

*João Carlos da Costa Ferreira da Silva*  
*Maria da Assunção Dias*  
*João Carlos da Costa Ferreira da Silva*  
*João Carlos da Costa Ferreira da Silva*  
*João Carlos da Costa Ferreira da Silva*  
*João Carlos da Costa Ferreira da Silva*